fineduca
Revista de Financiamento da Educação

ISSN: 2236-5907

Seção Temática: Economia da Educação: contribuições e limites

Volume 16 - 2026 | n. 31

Capital Fictício, Dívida Pública e Gasto Público em Educação[1]

Mauricio de Souza Sabadini[I]
Daniel Pereira Sampaio[I]
[I]Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória/ES – Brasil

Resumo

O objetivo deste texto é o de apresentar algumas conexões entre determinadas categorias de Marx (1984, 1985), como o capital fictício, e seus possíveis relacionamentos com o endividamento público e o gasto público em Educação. Procurar-se-á, desta forma, sinalizar que o processo de endividamento e restrição orçamentária do setor público, com fortes efeitos em áreas sociais, como na educação, e historicamente constituído na economia, sobretudo na periferia do sistema, como a economia brasileira, insere-se num contexto maior que envolve a compreensão da atual dinâmica da acumulação capitalista, pautada no movimento especulativo do capital em nível mundial e na punção do fundo público pelo capital em tempos de austeridade fiscal. Para isso, exporemos alguns fundamentos teóricos que sinalizem para a dinâmica do capitalismo contemporâneo, sobretudo o crescente endividamento público, destacando a evolução de indicadores representativos de países capitalistas desenvolvidos e subdesenvolvidos.

Palavras-chave: **Capital fictício. Dívida pública. Fundo público. Educação.**

Fictitious Capital, Public Debt and Public Spending on Education

Abstract

The aim of this text is to present some connections between certain categories of Marx (1984, 1985), such as fictitious capital, and their possible relationships with public indebtedness and public spending on Education. In this way, an attempt will be made to signal that the process of indebtedness and budget restriction of the public sector, with strong effects on social areas such as education, and historically constituted in the economy, especially in the periphery of the system, such as the Brazilian economy, is part of a larger context that involves understanding the current dynamics of capitalist accumulation, based on the speculative movement of capital at the global level and on the draining of the public fund by capital in times of fiscal austerity. To this end, we will present some theoretical foundations that point to the dynamics of contemporary capitalism, especially the growing public indebtedness, highlighting the evolution of representative indicators of developed and underdeveloped capitalist countries.

Keywords: **Fictitious Capital. Public Debt. Public Fund. Education.**

[1] Os autores/as declaram que não utilizaram inteligência artificial na elaboração do artigo.

Capital Ficticio, Deuda Pública y Gasto Público en Educación

Resumen

El objetivo de este texto es presentar algunas conexiones entre determinadas categorías de Marx (1984, 1985), como el capital ficticio, y sus posibles relaciones con el endeudamiento público y el gasto público en Educación. Se procurará, de esta forma, señalar que el proceso de endeudamiento y restricción presupuestaria del sector público, con fuertes efectos en áreas sociales, como en la educación, y constituido históricamente en la economía, sobre todo en la periferia del sistema, como la economía brasileña, se inserta en un contexto mayor que involucra la comprensión de la actual dinámica de la acumulación capitalista, pautada en el movimiento especulativo del capital a nivel mundial y en la punción del fondo público por el capital en tiempos de austeridad fiscal. Para ello, expondremos algunos fundamentos teóricos que señalen la dinámica del capitalismo contemporáneo, sobre todo el creciente endeudamiento público, destacando la evolución de indicadores representativos de países capitalistas desarrollados y subdesarrollados.

Palabras clave: **Capital ficticio. Deuda pública. Fondo público. Educación.**

Introdução

O objetivo principal deste texto é o de estabelecer conexões entre a lógica especulativa do capital, uma das características do capitalismo contemporâneo, e os efeitos provocados nos gastos sociais, com ênfase na educação, tendo como referência o endividamento público no período recente (2010-2023). A nosso ver, essa mediação se torna de fundamental importância para se apreender a essência do processo de concentração de riqueza e, ao mesmo tempo, da evolução da exclusão social que marca a apropriação do fundo público pelo capital a partir, por exemplo, do pagamento de juros, encargos e amortizações da dívida pública[2], forma clássica de capital fictício apresentada por Marx (1985).

Para se aproximar de nossos propósitos, movimentaremos no item 2 deste trabalho, mesmo que de forma preliminar, algumas categorias que nos ajudam a entender o funcionamento dessa apropriação crescente do valor capturado pelo Estado, via fundo público, e apropriado pelo capital, sobretudo a partir da dívida pública e de sua remuneração, na forma de juros. Destacamos, principalmente, a categoria capital fictício de Marx (1985), apresentada de forma embrionária no Livro III de O capital, obra não finalizada pelo autor, apesar de ter sido rascunhada antes mesmo da publicação do Livro I, em 1867.

No item 3, apresentaremos algumas informações empíricas que tratam do endividamento público, uma forma de capital fictício, destacando países por estrato de renda per capita (baixa, média-baixa, média-alta e alta renda), bem como uma seleção de países representativos da economia mundial. Mais detalhadamente, sinalizaremos informações sobre a dívida pública e os gastos com juros, ambos em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), bem como sobre a relação entre os juros da dívida pública e o gasto público em educação para o período recente (2010-2023).

[2] Delimitamos os juros, os encargos (despesas correntes) e as amortizações (despesas de capital), sejam elas internas (denominadas em moeda doméstica) ou externas (denominadas em moeda estrangeira), como serviços da dívida.

Pretendemos, com isso, sinalizar como uma forma de capital fictício — os títulos da dívida pública —, bem como os juros pagos, guardam relações diretas com o uso do fundo público, que remunera os detentores dessa forma de capital fictício, a qual aumentou significativamente ao longo das últimas décadas do século XX e início do século XXI. Somente a título de exemplo, a dívida total dos Estados Unidos (EUA), centro do imperialismo mundial, englobando a dívida das empresas não financeiras, a dívida pública geral e a dívida das famílias, era de 158,9% do PIB em 1950, aumentando para 337,41% em 2024, sendo o maior percentual da série em 2020, com 370,52% do PIB (IMF, 2025).

Ou, mesmo que não trabalhados aqui, os títulos de propriedade (ações), outra forma clássica de capital fictício indicada por Marx (1985), simbolizada pela capitalização de mercado das empresas de capital aberto com ações negociadas nas bolsas de valores, retratando o capital acionário em cada ano, aumentaram de forma significativa ao longo das últimas décadas. Tendo como referência novamente os EUA, o percentual saiu de 51,8%, em proporção ao PIB em 1990, para 154,9% em 2022, com o maior saldo da série observado em 2021, com 205%. Ao mesmo tempo, os países de Alta Renda tiveram participação de 50% em relação ao PIB em 1990, evoluindo para 130% em 2022, demonstrando também um crescimento expressivo, conforme dados do Banco Mundial (2025)[3].

Quando observamos algumas informações dos investidores institucionais (Fundos de Pensão, Fundos de Investimento, Companhias de Seguros etc.) e dos gestores de ativos, como a BlackRock, a State Street e a Vanguard, os “três gigantes” que concentram a maior parte dos recursos dos gestores do mundo, localizados nos EUA, os dados também impressionam: somente a BlackRock administrava em 2025 a relevante quantia de US$ 13,4 trilhões em ativos financeiros (BlackRock, 2025a), a Vanguard, US$ 10,1 trilhões no mesmo ano (Vanguard, 2025) e a State Street, US$ 5,44 trilhões de ativos financeiros sob sua gestão (State Street, 2025). A título comparativo, a estimativa do PIB Mundial pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), que equivaleria à produção de riqueza real, é de aproximadamente US$ 115,4 trilhões em 2025, sendo US$ 30,6 trilhões nos EUA e US$ 2,3 trilhões no Brasil. Uma pequena soma dos ativos das três gestoras acima indicadas totaliza US$ 29 trilhões, equivalendo a, aproximadamente, um quarto do PIB mundial, uma vez o PIB dos EUA e 12 vezes o PIB do Brasil. Tais breves sinalizações nos dão uma perspectiva do poder geopolítico e econômico dessas instituições financeiras na economia mundial contemporânea[4].

E quais são os ativos financeiros que tais instituições controlam? A maior parte de seu portfólio é composta de ações, forma clássica de capital fictício. A BlackRock (2025b), por exemplo, detinha 51% dos recursos em ações, em 2019, e 52,9%, em 2023. Em segundo lugar, nos mesmos anos, 31% e 28% em títulos de renda fixa, aplicações que proporcionalmente se assemelham nos outros supracitados gigantes gestores de ativos. Ou seja, atuações diretas na administração de formas de capital fictício na busca de rentabilidade crescente nos movimentos, muitas vezes especulativos, do capital.

[3] Disponível em: https://data.worldbank.org/indicator. Acesso em: 27 jan. 2025.

[4] Evidentemente, as influências da participação destes investidores e gestores financeiros nas etapas da produção e circulação do capital são múltiplas e variadas, afetando, portanto, tanto a atividade produtiva quanto a de serviços. Os reflexos se manifestam na mudança de gestão, nas exigências de produtividade, na intensidade do trabalho, bem como na circulação das mercadorias. Como não poderia ser diferente, a Educação não fica fora desses impactos. Para tal, sugere-se Sebim (2014) e Galzerano (2016).

Mas, tão ou mais importante que essa particularidade de crescimento dos ativos financeiros no capitalismo contemporâneo, é o fato de que a dinâmica da acumulação capitalista contemporânea tem sido influenciada fortemente por essa forma fictícia de capital que tem em sua essência a lógica da especulação. Isso equivale a dizer que tanto no domínio público quanto no privado, os movimentos de compra e venda de papéis acabam influenciando direta e/ou indiretamente o processo de acumulação capitalista, em qualquer setor da atividade econômica.

E para melhor compreendermos algumas dessas sinalizações concretas, tratemos de expor, mesmo que brevemente, alguns fundamentos de algumas categorias que devem ser mobilizadas na investigação aqui proposta.

Alguns Princípios Teóricos e Categorias Fundamentais

Inicialmente, antes de entrarmos diretamente em alguns pontos que consideramos centrais, é de se destacar que partimos do pressuposto de que o termo capital financeiro não está posto em Marx, apesar de o capítulo XIX do Livro III ter sido traduzido em algumas línguas com essa expressão conceitual, que traz consigo particularidades históricas e diferentes interpretações. Tal categoria foi construída e discutida, a nosso ver, por Rudolf Hilferding (1985), em sua obra intitulada O capital financeiro, publicada em 1910 (Sabadini, 2015).

Essa delimitação se torna importante porque o uso do capital financeiro, normalmente citado e seguido, com algumas mudanças, por diversos autores clássicos que trataram do imperialismo no século XX, como Lênin, Bukharin, Rosa Luxemburgo etc., bem como pela ampla maioria dos autores contemporâneos, carrega a concepção do que chamamos de "visão tradicional", que trata da junção do capital produtivo com o bancário, sendo o segundo o dominante. Ou seja, os bancos exerceriam relação de dominação sobre as empresas.

Se tomarmos como ponto de partida essa interpretação mais comum, mesmo sabendo que existem outras leituras[5], já podemos sugerir que, evidentemente representando o seu tempo histórico, em que a II Revolução Industrial se expandia para as áreas subdesenvolvidas do capitalismo, a concepção tradicional mantém um vínculo estreito com a produção da mercadoria, mesmo tendo, ao mesmo tempo, os elementos determinantes do dinheiro que gera dinheiro, sem a intermediação da produção. A nosso ver, seria uma certa aproximação, no primeiro caso, do que Marx (1984, 1985) caracteriza como o ciclo do capital a juros (D-D-M-D'-D') e, no segundo, do capital fictício (D-D'). Dessa forma, o capital financeiro encontraria certos limites para uma devida compreensão da dinâmica da acumulação capitalista na atualidade, marcada, sobremaneira, pelos movimentos especulativos do capital. E, para captar a essência dessas modificações, pensamos que a categoria capital fictício possui elementos fundantes que nos ajudam a interpretar uma parte da dinâmica da acumulação capitalista vivenciada ao longo das últimas décadas do século XX e início do século XXI.

Destarte, esse movimento foi caracterizado, com suas diferenças, por diversas expressões na literatura especializada, como "globalização financeira", "mundialização

[5] A nosso ver, existe um ponto central em relação à utilização desta categoria: é possível observar um conjunto de trabalhos nos quais seu uso aparece sem precisão, ou seja, sem a indicação do que ela representa do ponto de vista conceitual. Como a categoria capital financeiro possui diferentes interpretações na obra de Hilferding, esta não explicação provoca inconsistências em sua compreensão para entender um determinado fenômeno proposto.

financeira" e "financeirização"[6], termos estes que possuem diferenças, limites e possibilidades de análise. Para os nossos propósitos, quando tratarmos da especulação, usaremos sempre a categoria capital fictício para expressar e capturar a essência das transformações recentes no capitalismo contemporâneo. E essa opção, ou escolha, tem seus fundamentos.

Para Marx chegar a essa forma autonomizada de capital, o capital fictício, mesmo que ainda em formato não desenvolvido, já que os Livros II e III não foram finalizados por ele, o autor parte de uma longa trajetória que vai desde o Livro I, o único divulgado ainda em vida, em 1867, até o Livro III, editado e publicado por Engels em 1894, mas redigido em forma de manuscritos entre 1864 e 1865. Fazer essa longa e necessária trajetória ultrapassa as nossas possibilidades e os objetivos do presente estudo. Apenas apontaremos alguns elementos.

Em primeiro lugar, há que se ter uma adequada compreensão do que sejam riqueza e mercadoria, logo apresentada, em sua aparência, na primeira frase do capítulo I do Livro I. Frisamos essa indicação, pois muitos confundem a mercadoria em Marx somente como sinônimo de expressão da riqueza material, portadora do valor de uso e do valor de troca. Essa é apenas uma de suas unidades. Poucos parágrafos depois, nesse mesmo capítulo, o autor já avança em sua compreensão e passa a tratar a riqueza do ponto de vista social e histórico, como valor de uso e valor (Carcanholo, 2011).

Isso pode parecer apenas um detalhe teórico, abstrato, mas é fonte de compreensões superficiais acerca da teoria do valor-trabalho em Marx, levando muitos a interpretarem, sem profundidade, o valor como magnitude de trabalho, como expressão quantitativa do trabalho socialmente necessário contido em cada unidade de mercadoria. De fato, isso é o valor de troca, expressão quantitativa do valor; o valor, enquanto forma social e histórica, expressa as relações sociais no modo de produção capitalista.

Nesse caminho, também passam a indicar, equivocadamente, que a teoria do valor-trabalho perdeu a sua centralidade, pois o trabalho imaterial e as mercadorias intangíveis fazem com que seja impossível a sua mensuração e, portanto, acarretam a perda da validade do pilar teórico de Marx em nossos dias, marcados pela suposta imaterialidade. Ledo engano, pois, como apenas sinalizamos, confundem valor com valor de troca. Além do mais, Marx possui diferentes formas de mercadorias: a mercadoria simples/comum, a mercadoria-serviço e a mercadoria-capital (Sabadini, 2023). Para entendê-las, há que se fazer uma leitura sistemática dos três livros de sua obra magna. Apenas a título de ilustração, a Educação, como sabemos, pode ser/é uma mercadoria, como qualquer outra, sobretudo quando relacionada ao âmbito privado[7]; um título de dívida, um título de propriedade (ações), também é uma mercadoria, com todas as suas particularidades, que não são possíveis de serem discutidas aqui. O que importa é que expressem relações sociais capitalistas, produzindo valor e mais-valia.

Após essas indicações iniciais, Marx vai descobrindo, expondo e desdobrando as categorias a partir do surgimento do dinheiro, do capital, do processo de trabalho e valorização, da acumulação capitalista, dentre outros, até chegar ao Livro II, apresentando as formas funcionais do capital, em que o capital em geral vai assumir formas como o capital

6 Para mais detalhes sobre as diferentes formas de entendimento conceitual do termo financeirização e de seu uso metodológico, ver Oliveira (2024).

7 Oliveira (2009) apresenta, ao analisar a inserção dos fundos financeiros na educação superior no Brasil, a universalização da educação enquanto mercadoria.

dinheiro, o capital produtivo e o capital-mercadoria, desdobrando-se em suas autonomizações já no Livro III. Uma das formas autonomizadas do capital, a partir do capital dinheiro, é o capital a juros e o capital fictício, comentados anteriormente. É neste último que deteremos nossa atenção agora, para fazermos uma ligação com nosso propósito principal: a dívida pública e o gasto em educação pública.

Marx (1985) aponta para três formas clássicas de capital fictício na segunda parte do século XIX: o capital bancário, o capital acionário (ações) e a dívida pública. A título de delimitação, este trabalho concentrará sua análise no relacionamento entre o capital fictício sob a forma da dívida pública, seus canais de endividamento, e o comprometimento com os juros dela, que tende a pressionar para a redução dos gastos sociais e, em particular, para os nossos propósitos, os da Educação. Informações que tratam das diversas interferências do capital acionário, por exemplo, nas empresas cotadas em bolsa, tanto do ponto de vista do trabalho quanto da gestão, fogem aos limites deste trabalho.

Com o desenvolvimento do sistema de crédito internacional, assim chamado por Marx (1984), novas formas de capital fictício se potencializaram, como os derivativos, mas todas elas apresentam traços e características em comum, dentre os quais apresentaremos alguns de forma bastante resumida, tendo por base Carcanholo e Sabadini (2009; 2010); Gomes (Org.) (2015); Nakatani e Sabadini (2021) e Sabadini (2015, 2019, 2021, 2024): primeiro, perfazem o ciclo D-D', dinheiro que gera dinheiro sem passar pela produção, aparentando se valorizar de forma independente da produção. Isso implica dizer que não geram valor e mais-valia, apesar de poderem contribuir para sua constituição; segundo, do ponto de vista individual, e manifestando a sua aparente contradição, não sendo um equívoco do observador, de fato existe uma valorização que, individualmente, para o prestamista, aquele que empresta, concede o crédito, não é mediada pelo trabalho, mas sim por uma forma jurídica, contratual, sendo remunerada sob a forma de juros que, como sabemos, vêm de uma fração da mais-valia. Mas, neste caso, já entramos no campo da essência, já que a mais-valia é uma forma de excedente originária da exploração da força de trabalho.

Terceiro, sua autonomização, em grande parte relativa, atinge, a nosso ver, o grau mais alto de seu fetiche, aparentando uma total desconexão com a categoria trabalho. Quarto, a apropriação da riqueza, a partir de vários mecanismos, como a tributação e demais mecanismos de arrecadação do Estado, a depender da taxa de juros paga, por exemplo, aos títulos da dívida pública, transfere grande parte da riqueza para os proprietários dessa forma de capital, sinalizando para a captura do fundo público para os interesses dos detentores do capital. Quinto, a dialética real e fictícia também se potencializa, já que a noção de riqueza individual existe, é dada pelos juros pagos aos portadores dos papéis e/ou pelos lucros advindos de sua comercialização. Por outro lado, sendo a exacerbação da apropriação do fundo público, não atuam diretamente na criação de nova riqueza produtiva que sustente a dinâmica do capitalismo, sendo uma riqueza fictícia, inexistente do ponto de vista da totalidade. Então, o capital fictício aparece como uma duplicação do capital real, uma ficção do ponto de vista da totalidade sistêmica.

Sexto, ao interferir diretamente na dinâmica da acumulação capitalista, influencia, ou pode influenciar, o processo de produção e reprodução capitalista, como, por exemplo, via maiores exigências de remuneração que afetarão, pelo aumento da produtividade e da intensidade do trabalho, a exploração da força de trabalho. Sétimo, sobretudo quanto ao

tempo de vencimento dessa forma de capital, ou seja, os futuros direitos de apropriação de riqueza que são comercializados hoje e que serão pagos nos anos por vir, o capital fictício, de natureza especulativa, se apropria de uma fração da riqueza que ainda não foi criada, já que está direcionada para o pagamento dos vencimentos futuros. E, por fim, daí consideramos essa categoria central para o entendimento do capitalismo contemporâneo, pois, carregada de suas contradições, ela conduz consigo o germe das crises, que se exteriorizaram sob formas financeiras a partir das últimas décadas do século XX e início do século XXI, mas que se revelam como crises capitalistas, sendo uma das marcas de nosso tempo recente.

A partir desses elementos expostos de forma muito sucinta, podemos levantar algumas questões para serem trabalhadas e/ou indicadas a seguir, tendo como eixo central a tentativa de correlação entre o capital fictício, a dívida pública e o gasto público em educação: sendo uma forma presente na própria constituição do capitalismo, como a dívida pública, forma de capital fictício, evoluiu no período recente? Ao mesmo tempo, como seu avanço pode (ou não) ter interferido mais intensamente no processo de transferência da riqueza produzida, o fundo público mobilizado pelo Estado, a partir do pagamento de juros? Existem diferenças substanciais nesse processo de transferência de riqueza quando observamos os diferentes estágios de desenvolvimento capitalista entre as nações? Se sim, de que forma isso se evidencia e quais são suas implicações? Como tais mecanismos afetam, ou podem afetar, os gastos sociais fundamentais para uma sobrevivência digna da população mundial? Em particular, como a Educação, sendo um direito fundamental e constitucional (no Brasil), é afetada por esse processo que tem como base os elementos anteriormente apresentados? É o que tentaremos sinalizar agora.

O Endividamento Público e o Gasto Público em Educação: algumas aproximações

Um mecanismo de apropriação da riqueza gerada pelo trabalho e intermediada por mecanismos diversos se dá a partir do fundo público, que pode ser entendido como a mobilização dos recursos de que o Estado dispõe para atuar na economia e que pode ser direcionado para a classe trabalhadora ou para a classe capitalista, sendo relevante, portanto, tanto para a reprodução social quanto para a reprodução do capital. É composto pelo conjunto do valor[8] apropriado pelo Estado, por exemplo, via tributação, contribuições sociais, taxas, entre outros, que incide sobre o fluxo e sobre o estoque de riqueza. Ele pode ser utilizado por meio das empresas estatais e das políticas monetária e fiscal, sendo sua face mais visível a do orçamento público, em que se encontram, dentre outros bens e serviços, os gastos públicos em Educação (Salvador, 2010, 2012; Behring, 2021).

Em um contexto de crise do capital, o Estado capitalista é chamado para salvaguardar seu processo de valorização por meio, dentre outros, da mobilização do fundo público, um dos mecanismos de contratendência à queda da taxa de lucro, especialmente no capitalismo

[8] Em geral, é atribuída à ideia de que o fundo público é o conjunto da mais-valia socialmente produzida apropriada pelo Estado. Contudo, essa perspectiva, a nosso ver, parece ser insuficiente para dar conta da possibilidade de o Estado apropriar-se de parte do valor socialmente produzido de forma autônoma pelo capital fictício, sem que necessariamente tenha origem ou produza mais-valia, como, por exemplo, sob a forma de lucros fictícios (Carcanholo; Sabadini, 2009; Gomes, 2015; Sabadini, 2021). Essa apropriação do fundo público pelo Estado se dá da mesma maneira daquela produzida pela mais-valia, por meio de impostos, taxas e contribuições (Salvador, 2010, 2012; Behring, 2021).

contemporâneo (Salvador, 2010; Behring, 2021). O capital busca, cada vez mais, promover a punção do fundo público, acentuando as disputas por seus recursos entre as classes e frações de classe (Alencar Júnior, 2021). Uma das faces dessa disputa são as políticas de austeridade fiscal[9], que significam o estrito controle do orçamento, voltando-se mais para o pagamento de juros e amortização da dívida pública[10], forma clássica de capital fictício que, conforme vimos anteriormente, possui diversas características e particularidades. A dívida pública, portanto, também compõe o fundo público, sendo um elemento importante para o funcionamento do capitalismo, e mais ainda em sua fase histórica contemporânea, marcada pela acentuada lógica especulativa do capital, constituindo um de seus elementos estruturais.

Nesse sentido, a dívida pública e o pagamento de juros e amortizações serão utilizados como contraponto com o gasto público em Educação. Para o presente estudo, os dados foram organizados considerando dois diferentes recortes. O primeiro é a divisão dos países por faixa de renda per capita, conforme critérios estabelecidos pelo Banco Mundial, que podem sofrer alterações no tempo. Segue, na Tabela 1, exemplo para o ano de 2023:

Tabela 1 – Tipologia de países por faixa de renda per capita (US$, Ano = 2023)

Tipologia	Faixa de renda (PIB *per capita)*
Baixa Renda (BR)	Menor ou igual a US$ 1.145,00
Média-baixa Renda (MB)	Entre US$ 1.146,00 e US$ 4.515,00
Média-alta Renda (MA)	Entre US$ 4.516,00 e US$ 14.005,00
Alta Renda (AR)	Maior que US$ 14.005,00

Fonte: World Bank (2025). Elaboração nossa.

A população mundial encontra-se distribuída em 2023, segundo o Banco Mundial (2025), da seguinte maneira: (i) 9,1% nos países de Baixa Renda, (ii) 35% nos países de Média-baixa Renda, (iii) 38,1% nos países de Média-alta Renda, (iv) 17,4% nos países de Alta Renda, e (v) 0,4% sem dados ou classificação de renda[11], o que demonstra que o desenvolvimento capitalista é limitado a poucos países de Alta Renda, localizados principalmente na Europa e na América do Norte, e alcança relativamente baixa participação da população mundial[12].

A segunda seleção é feita por meio da escolha de quinze países, sendo doze deles a partir dos maiores valores do PIB de 2023 a preços constantes (deflacionados pelo conceito Paridade do Poder de Compra com ano-base igual a 2015). A saber, por ordem decrescente: Estados Unidos, China, Japão, Alemanha, Índia, Reino Unido, França, Itália, Brasil, Coreia do Sul, Canadá e Rússia. Além deles, foram selecionados mais alguns países latino-americanos: México, Argentina e Chile. Juntos, os quinze países, em 2023, somaram 72,8% do PIB

9 Clara Mattei (2023) faz a distinção entre austeridade fiscal, monetária e industrial. De forma sucinta, a primeira é explicada pelo controle do gasto público, a segunda pela elevação da taxa de juros e a terceira pelas privatizações e mudanças de leis trabalhistas.

10 Outros elementos também podem ser mobilizados, como elevação de subsídios, isenções, entre outras formas de apropriação dos recursos do fundo público por parte dos interesses do capital.

11 Para fins da presente pesquisa, os países sem dados ou classificação de renda não foram considerados.

12 Dentre os países de Alta Renda encontram-se, por exemplo: Estados Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Itália, Rússia, Coreia do Sul e Canadá. Neste grupo ainda se encontram Hong Kong, Macau e Taiwan (China), Chile e Uruguai. Nos países de Média-alta Renda é possível observar a presença de economias como Argentina, Brasil, China, México, África do Sul, entre outras. Dentre os países de Média-baixa Renda elencam-se Índia, Haiti, Marrocos, entre outros e, por fim, nos países de Baixa Renda observa-se a presença de Afeganistão, Níger, Moçambique, Coreia do Norte e outros.

mundial, justificando nossa escolha, sendo que só os dois primeiros somam 42% do total do PIB mundial (Tabela 2).

Tabela 2 – Países selecionados, posição e participação no PIB mundial (Ano 2023, Deflator: Paridade do Poder de Compra, 2015=100)

Cód.	País	Posição	% PIB
EUA	Estados Unidos	1	23,6
CHN	China	2	18,4
JPN	Japão	3	4,9
DEU	Alemanha	4	4,0
IND	Índia	5	3,5
GBR	Reino Unido	6	3,5
FRA	França	7	2,9
ITA	Itália	8	2,2
BRA	Brasil	9	2,1
KOR	Coreia do Sul	10	2,0
CAN	Canadá	11	1,9
RUS	Rússia	12	1,7
MEX	México	15	1,4
ARG	Argentina	23	0,7
CHL	Chile	105	0,0
	Total	(x)	72,8

Fonte: UNCTAD (2025). Elaboração nossa. Total de 215 países.

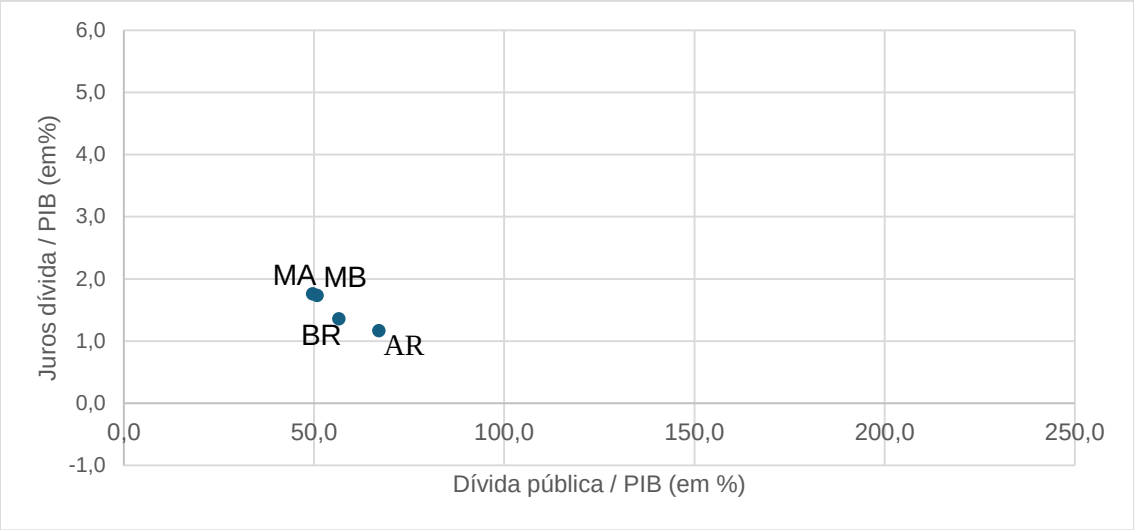
Adicionalmente, os Gráficos 1 e 2 apresentam a média entre os anos de 2010 e 2024, utilizando-se do cruzamento de duas variáveis, quais sejam, a relação da dívida pública e a dos juros da dívida líquida, ambos em relação ao PIB (doravante dívida/PIB e juros/PIB, respectivamente), via apresentação em gráfico de dispersão[13].

Os dados apresentados no Gráfico 1 demonstram que os grupos de Média-Baixa (MB) e de Média-Alta (MA) Renda comprometem, relativamente à Baixa-Renda (BR)[14] e à Alta-Renda (AR), parcela maior de seu orçamento com pagamento de juros/PIB. Contudo, a maior proporção da relação entre dívida pública/PIB pertence ao grupo de Alta Renda (AR). Mesmo com uma dívida proporcionalmente mais elevada, o grupo AR consegue ter condições de financiamento menos onerosas, com menores taxas de juros e prazos mais alongados, que consomem relativamente menor parcela da renda nacional na forma do compromisso com o pagamento de juros da dívida pública.

[13] O gráfico de dispersão possibilita o cruzamento de duas variáveis simultaneamente no gráfico, sendo cada uma representada em um dos eixos. A título de exemplo, no gráfico apresentado por nós, quanto maior a relação da dívida/PIB, o ponto estará localizado mais à direita, ao passo que, quanto maior a relação dos juros/PIB, o ponto estará mais localizado na parte superior do gráfico. As escalas dos Gráficos 1 e 2 foram preservadas para facilitar a compreensão.

[14] Mesmo tendo um baixo grau de endividamento, países de baixa renda podem exercer, na divisão internacional do trabalho, outras funções no processo de valorização do capital, como, por exemplo, fornecimento de força de trabalho barata e produtos intensivos em recursos naturais.

Gráfico 1 – Relação dos juros da dívida pública e da dívida pública em relação ao PIB – Por estrato de renda do Banco Mundial (Média 2010-2024, em %)

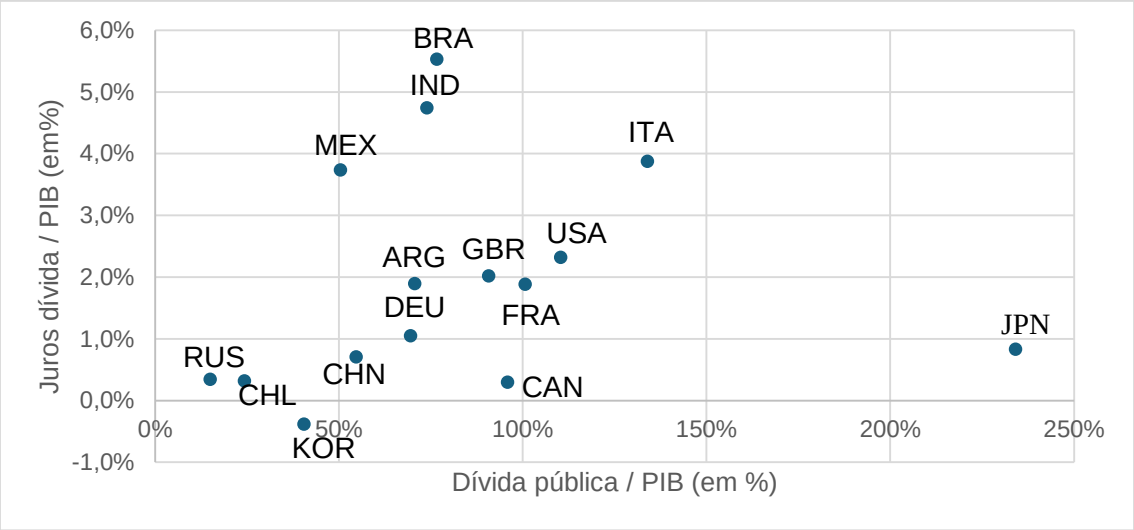


Fonte: World of a Debt. UNCTAD (2025a). Elaboração nossa.
[1] Legenda: Alta Renda (AR), Média-Alta Renda (MA), Média-Baixa Renda (MB), Baixa Renda (BR).

Já os dados do Gráfico 2 demonstram que, dentre os quinze países da amostra, quatro deles se destacam por terem elevada relação dívida/PIB, sendo eles, em ordem decrescente de valores, Japão (234%), Itália (134%), Estados Unidos (110%) e França (101%), representados pelos países localizados mais à direita no gráfico. Contudo, dentre os países de Alta Renda, apenas a Itália, país mais próximo da periferia europeia, apresenta compromisso com pagamento de juros relativamente elevados (3,9%). Esse grupo contrasta com países de Média-Alta e Média-Baixa Renda, como o Brasil, a Índia e o México, localizados na periferia capitalista, que apresentam relativamente menores relações dívida/PIB (77%, 74% e 50%, respectivamente), mas que assumem comparativamente compromisso maior com pagamento de juros/PIB (5,5%, 4,7%, 3,7%, respectivamente)[15]. Ou seja, esses países direcionam os respectivos fundos públicos para as frações do capital proprietárias dessa forma de capital fictício, normalmente bancos e investidores institucionais como fundos de pensão, fundos de investimento e gestores de ativos.

[15] Curiosamente, a Coreia do Sul apresentou relação juros/PIB negativa desde 2016 (exceto 2020), o que pode ser atribuído ao fato de o governo receber mais juros do que pagar, sendo, portanto, um recebedor líquido de juros (CEICData, 2025).

Gráfico 2 – Relação dos juros da dívida pública e da dívida pública em relação ao PIB – Por países selecionados (Média 2010-2024, em %)[1]



Fonte: World of a Debt. UNCTAD (2025a). Elaboração nossa.
[1] Legenda: Alemanha (DEU), Argentina (ARG), Brasil (BRA), Canadá (CAN), Chile (CHL), China (CHN), Coreia do Sul (KOR), Estados Unidos (USA), França (FRA), Índia (IND), Itália (ITA), Japão (JPN), México (MEX), Reino Unido (GBR), Rússia (RUS).

Chamemos a atenção para outras informações: do ponto de vista geopolítico e econômico, destaca-se a posição da China, que possui uma relação dívida/PIB bem inferior à de outros países capitalistas desenvolvidos, como França, Canadá e Estados Unidos. Além disso, a Rússia encontra-se em uma posição de destaque em relação ao menor percentual da dívida/PIB, com pagamento de juros/PIB em torno de apenas 0,3% na média do período. Isso sinaliza para um volume de transferência de riqueza real, produtiva, em menor proporção para a esfera financeira, tendo a possibilidade de maiores disponibilidades de recursos orçamentários para áreas sociais consideradas prioritárias ou para outros fins, como os gastos militares.

Adicionalmente, a posição do Brasil chama a atenção e nos ajuda a entender tanto a situação do país em relação a outras nações quanto as nossas históricas restrições orçamentárias, marcadas pela alta taxa de juros, que intensifica a punção do fundo público para o benefício do capital. Apesar de ter uma relação dívida/PIB menor do que 100% do PIB, inclusive inferior a países desenvolvidos como Estados Unidos (110,3%), Reino Unido (90,7%), Itália (133,9%) e Japão (234,1%), temos, dentre todos os países listados, o maior comprometimento orçamentário quando analisamos os gastos com juros em relação ao PIB, cerca de 5,5% (Gráfico 2).

E o que essas indicações sinalizam para os nossos propósitos até o momento? Em primeiro lugar, o grau do comprometimento dos recursos orçamentários, do fundo público, em maior ou menor proporção, para o pagamento de juros da dívida pública, o que representa a apropriação de excedente pelo capital fictício em processo de intensificação da financeirização da economia mundial. Em segundo, as particularidades existentes entre as economias dos países no modo de produção capitalista, que refletem as suas inserções subordinadas na divisão internacional do trabalho e historicamente constituídas no processo de formação do capitalismo ao longo dos séculos, com especial ênfase no momento contemporâneo.

Terceiro, no caso brasileiro, o grau de subordinação da economia nacional à lógica imperialista capitaneada pela dinâmica especulativa do capital fictício, que tem na política macroeconômica, com suas elevadas taxas de juros, um canal representativo dos interesses da classe dominante. E, finalmente, o comprometimento da riqueza real, a partir dos recursos orçamentários, com os serviços da dívida, interferindo negativamente no fundo público que poderia ser, por hipótese, transferido para a classe trabalhadora sob a forma de gastos sociais, como Educação, Saúde, entre outros, atenuando as mazelas de suas condições de vida.

E sobre a Educação, vejamos a relação entre o pagamento de juros da dívida pública e o gasto público com Educação (J/E), visualizada para a tipologia do Banco Mundial por grupos de países classificados por estratos de renda e para a seleção de países, respectivamente, nas Tabelas 3 e 4. Vale anotar que, quanto maior a relação em termos percentuais, maior o compromisso com o pagamento dos juros relativamente ao gasto público com Educação.

Por estrato de renda, a Tabela 3 demonstra que o único conjunto de países que apresentou redução da relação foi o de Alta Renda, cuja magnitude foi de 17,5 p.p. no período, que é justamente aquele que possui a maior parcela da dívida global e relativamente mais baixo compromisso com pagamento de juros. Esse estrato também foi aquele que teve, ao final da série, o valor mais baixo da relação (25,9%).

Os demais estratos de renda apresentaram elevação, reforçando o que já temos demonstrado: respectivos orçamentos têm sido cada vez mais comprometidos com a transferência de recursos para o capital em vez de bens e serviços públicos essenciais, no caso, especificamente a Educação. Com efeito, o crescimento da relação J/E na Média-alta Renda foi de 18,5 p.p., na Média-baixa Renda de 33,4 p.p., e na Baixa Renda com elevação em 17,0 p.p.

Tabela 3 – Relação dos juros da dívida pública e do gasto público em educação – Por estrato de renda do Banco Mundial (Por média dos períodos, em %)

Países	Períodos			
	2011-2013	2016-2018	2021-2023	Média
Alta Renda	43,4%	31,0%	25,9%	33,5%
Média-alta Renda	41,0%	44,2%	59,5%	48,2%
Média-baixa Renda	50,2%	64,4%	83,6%	66,0%
Baixa Renda	31,3%	43,2%	48,3%	41,0%

Fonte: World of a Debt. UNCTAD (2025a).

Já a mesma relação entre juros e gasto com Educação, considerando quinze países selecionados, demonstra uma maior diversidade de comportamentos, que podem ser explicados mais pelo peso dos juros na economia do que pelo peso da educação. É possível observar na Tabela 4, por exemplo, que Índia (113,1%), Itália (93,7%), Brasil (89,5%) e México (78,3%), países que podem ser considerados da periferia capitalista ou da periferia europeia, são os que possuem relação mais elevada na média entre os períodos, o que revela seus gastos elevados com os juros da dívida. Coreia do Sul e Canadá apresentam, em alguns períodos, valores negativos, tendo em vista que os respectivos governos recebem mais juros do que pagam. Dentre os países que tiveram elevação entre os períodos de 2011-2013 e

2021-2023, cabe destacar os desenvolvidos e periféricos, como os Estados Unidos (7,8 p.p.), China (10,6 p.p.), Reino Unido (15,6 p.p.), Argentina (22,1 p.p.) e Chile (10,3 p.p.). Coreia do Sul (-7,7%), Canadá (2,4%), Chile (6,9%) e Rússia (8,8%) tiveram os valores mais baixos da média da relação J/E, sendo seguidos por países como China (17,5%), Alemanha (20,9%), Japão (26,3%) e França (33,7%).

Tabela 4 – Relação dos juros da dívida pública e do gasto em educação – Por países selecionados (Por média dos períodos, em %)

Países	Períodos			
	2011-2013	2016-2018	2021-2023	Média
Estados Unidos	34,1%	42,2%	41,9%	39,4%
China	12,0%	17,9%	22,6%	17,5%
Japão	34,1%	29,9%	15,0%	26,3%
Alemanha	35,4%	17,0%	10,4%	20,9%
Índia	113,3%	108,5%	117,7%	113,1%
Reino Unido	39,3%	31,9%	54,9%	42,0%
França	43,4%	32,4%	25,2%	33,7%
Itália	113,6%	89,7%	77,8%	93,7%
Brasil	86,1%	98,6%	83,9%	89,5%
Coreia do Sul*	(x)	-7,6%	-7,8%	-7,7%
Canadá	12,5%	6,1%	-11,4%	2,4%
Rússia	7,9%	11,0%	7,4%	8,8%
México	55,0%	77,9%	102,0%	78,3%
Argentina	19,3%	48,3%	41,4%	36,4%
Chile	2,1%	6,2%	12,4%	6,9%

Fonte: World of a Debt. UNCTAD (2025a).
* Média para o período 2016-2018 e 2021-2023.

Essas informações anteriores servem de indicação de como os recursos públicos, em maior ou menor proporção entre os países, foram apropriados pelos proprietários do capital fictício sob a forma de títulos da dívida pública, provocando, normalmente, políticas de austeridade que significam menor apropriação do fundo público para a população que mais necessita dos serviços essenciais, como os de Educação. E reforçamos que esses mecanismos de apropriação envolvem algumas escalas que devem ser apreendidas. Uma, mais geral, pela compreensão do movimento do capital em geral, em que o capital fictício assume uma proeminência significativa na dinâmica do capitalismo atual, de caráter externo e totalizante. E, ao mesmo tempo, via mecanismos internos a cada país, com suas particularidades históricas, procurando entender como o modo de produção capitalista se manifestou e se manifesta, por exemplo, no grau de subordinação da política macroeconômica, com suas taxas de juros, que remuneram os proprietários dessa forma de capital fictício, bem como na prioridade dos gastos. É somente com essas mediações que conseguiremos melhor entender, em suas manifestações concretas, os porquês da

insuficiente — por que não dizer, falsa — justificativa de que não existem ou são escassos os recursos para áreas consideradas prioritárias para a população.

Considerações finais

O processo de capitalização relacionado ao capital fictício de Marx (1985) é constituído por um conjunto de mercadorias, denominadas pelo autor de mercadoria-capital, que possuem particularidades e estão associadas a diversos papéis que expressam direitos de apropriação de riqueza futura. No caso aqui analisado, pelo relacionamento buscado para o caso dos gastos públicos com Educação, detivemo-nos em uma de suas formas clássicas, a dívida pública.

Descrevemos diversas características do capital fictício e em que sentido ele vai adquirindo proeminência na dinâmica da acumulação capitalista contemporânea, não só pelo seu crescimento, mas, principalmente, pela interferência no processo de acumulação e, para nossos propósitos, pelo modo como o fundo público vai sendo transferido e apropriado pelos detentores desses títulos, independentemente do estrato de renda ou da localização geográfica, mas com certas particularidades.

Embora países de Alta Renda tenham dívida em relação ao PIB mais elevada, eles possuem, de forma geral, relativamente menor peso do pagamento de juros, em relação ao PIB, e compromisso menor dos gastos dos juros em relação aos gastos públicos em Educação. Nesse grupo, alguns países se destacam positivamente, como Coreia do Sul e Canadá, ao passo que outros se destacam negativamente, como Estados Unidos. Nos países de Média-alta e Média-baixa Renda, embora tenham relação dívida/PIB inferior ao grupo de países de Alta Renda, há predomínio de maior compromisso com a transferência de recursos para detentores de formas do capital fictício, por meio de elevada participação dos juros e, quando comparado com este último, reduzido comprometimento dos gastos com Educação, como são os casos de Brasil, México, Índia e outros. Os de Baixa Renda, por sua vez, têm aumentado o compromisso com os juros e reduzido o compromisso do orçamento com Educação, quando comparado aos juros. O que demonstra que o fundo público vem sendo crescentemente apropriado pelo capital e que a periferia capitalista joga um papel importante para a transferência de recursos ao capital internacional.

Já os dados recentes do endividamento são apenas uma sinalização para o volume de capital fictício criado, já que outras formas de capital fictício, como os títulos de propriedade sob a forma de ações, não foram por nós trabalhadas, mas apenas indicadas. Adicionalmente, o crescimento do capital fictício no capitalismo contemporâneo é um ponto em destaque, mas não necessariamente o único, já que, na própria constituição do capitalismo enquanto modo de produção dominante, as formas do capital em cada momento histórico tiveram mudanças. Foi assim com o capital comercial no contexto do mercantilismo, com o capital produtivo na Revolução Industrial, e com o capital fictício no capitalismo contemporâneo.

E a pujança dessa forma de capital, o fictício, no controle e na apropriação da riqueza real, produzida no capital produtivo e que gera valor e mais-valia sustentando o processo de produção e reprodução capitalista, é uma das marcas da ordem de acumulação atual. E, apesar de também não termos discutido essa questão, devemos entender que esse funcionamento de apropriação pelo capital fictício exige maior rentabilidade extraída do trabalho, pressionando pelo aumento de produtividade e intensificando o trabalho, quer seja

no interior das sociedades anônimas cotadas em bolsa e que remuneram o capital acionário, quer seja na carga tributária regressiva, como no Brasil, que penaliza a classe trabalhadora e que é apropriada pelo Estado e transferida para os detentores dos papéis do capital fictício.

E, finalmente, não queremos dar a sensação neste texto de que a dívida pública deva ser entendida necessariamente como "o problema", apesar de, dialeticamente, ser "um problema", a partir do momento em que ela passa a ser um mecanismo de concentração e centralização do capital. Não é somente a sua regulação e/ou controle, se isto for possível, que solucionarão as desigualdades sociais e econômicas, que são estruturais e pertencentes a este modo de produção, mesmo que de forma diferente em cada país indicado neste texto.

Mesmo no processo de formação do modo de produção capitalista, Marx (1983) já demonstrava claramente que a dívida pública era uma das formas da acumulação primitiva/originária, portanto, inerente à natureza deste modo de produção. Evidentemente, o capitalismo se expandiu, suas formas de acumulação e de crédito se expandiram, o sistema de crédito internacional se transformou, e suas contradições, como não poderia ser diferente, se agudizaram. Que o digam as crises capitalistas recentes que se manifestaram como crises financeiras ao longo das últimas décadas do século XX e início do século XXI. Enquanto isso, presenciamos a continuidade de uma forte transferência de recursos públicos para a apropriação privada, em detrimento das áreas sociais, como a Educação.

Referências

ALENCAR JÚNIOR, Osmar Gomes de. **Estado e fundo público**: a disputa entre o capital e o trabalho no Nordeste do Brasil. Curitiba: CRV, 2021.

BEHRING, Elaine R. **Fundo público, valor e política social**. São Paulo: Cortez, 2021.

BLACKROCK. **Financials**: annual reports & proxy. Nova York: BlackRock, 2025a. Disponível em: https://ir.blackrock.com/financials/annual-reports-and-proxy/default.aspx. Acesso em: 11 jul. 2025.

BLACKROCK. **Quarterly results**. Nova York: BlackRock, 2025b. 3º trimestre. Disponível em: https://ir.blackrock.com/financials/quarterly-results/default.aspx. Acesso em: 11 nov. 2025.

CARCANHOLO, Reinaldo (org.). **Capital**: essência e aparência. São Paulo: Expressão Popular, 2011. v. 1.

CARCANHOLO, Reinaldo A.; SABADINI, Mauricio de S. Capital fictício e lucros fictícios. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, Niterói, v. 1, p. 41-65, 2009.

CARCANHOLO, Reinaldo A.; SABADINI, Mauricio de S. Une interprétation théorique de la crise capitaliste actuelle. **La Pensée**, Paris, v. 364, p. 7-21, 2010.

CEIC DATA. **South Korea general government**: net interest payments. Hong Kong: CEIC Data, 2025. Disponível em: https://www.ceicdata.com/en/korea/government-accounts-general-government-forecast-oecd-member-annual/kr-general-government-net-interest-payments. Acesso em: 3 dez. 2025.

GALZERANO, Luciana S. **Grupos empresariais e educação básica**: estudo sobre a SOMOS Educação. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de

Campinas, Campinas, 2016. Disponível em: https://repositorio.unicamp.br/Acervo/Detalhe/978698. Acesso em: 19 jul. 2025.

GOMES, Helder (org.). **Especulação e lucros fictícios**: formas parasitárias da acumulação contemporânea. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015. v. 1.

HILFERDING, Rudolf. **O capital financeiro**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. **Global debt database**. Washington, D.C.: IMF, 2025. Disponível em: https://www.imf.org/external/datamapper/datasets/GDD. Acesso em: 16 dez. 2025.

MARX, Karl. **O capital**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. v. 1.

MARX, Karl. **O capital**. São Paulo: Abril Cultural, 1984. v. 3, t. 1.

MARX, Karl. **O capital**. São Paulo: Abril Cultural, 1985. v. 3, t. 2.

MATTEI, Clara. **A ordem do capital**: como economistas inventaram a austeridade e abriram caminho para o fascismo. São Paulo: Boitempo, 2023.

NAKATANI, Paulo; SABADINI, Mauricio de S. Sobre a natureza da crise do capitalismo mundial. In: ALVES, Giovanni; CORSI, Francisco L. (org.). **A crise capitalista no século XXI**: um debate marxista. Marília: Projeto Editorial Praxis, 2021. p. 68-90.

OLIVEIRA, Romualdo P. de. A transformação da educação em mercadoria no Brasil. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 108, p. 739-760, out. 2009.

OLIVEIRA, Romualdo P. de. A financeirização da economia: uma introdução. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 40, n. 1, 2024.

SABADINI, Mauricio de S. Sobre o conceito de capital financeiro. **Temporalis**, Brasília, DF, ano 15, n. 30, jul./dez. 2015.

SABADINI, Mauricio de S. A teoria do valor-trabalho em Marx, os lucros fictícios e as crises capitalistas recentes. In: ARANCIBIA, Juan; LÓPEZ, Alejandro (org.). **Teoría del valor y crisis**. 1. ed. Ciudad de México: Universidad Nacional Autónoma de México; Universidad Autónoma de Zacatecas, 2019. v. 1. p. 63-88.

SABADINI, Mauricio de S. A (crítica da) economia política, o capital fictício e os lucros fictícios. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, v. 59, p. 175-202, 2021.

SABADINI, Mauricio de S. A teoria do valor-trabalho em Marx, a mercadoria e a crítica da crítica à centralidade do trabalho. **Caderno CRH**, v. 36, p. 1-13, 2023.

SABADINI, Mauricio de S. O fetichismo no capital a juros e no capital fictício. **Revista de Políticas Públicas**, v. 28, p. 398-416, 2024.

SALVADOR, Evilásio. **Fundo público e seguridade social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010.

SALVADOR, Evilásio S. Fundo público e o financiamento das políticas sociais no Brasil. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 14, n. 2, p. 4-22, 2012. DOI: https://doi.org/10.5433/1679-4842.2012v14n2p4.

SEBIM, Charlini C. **A intensificação do trabalho docente no processo de financeirização da educação superior**: o caso da Kroton no Estado do Espírito Santo. 2014. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014. Disponível em: https://repositorio.ufes.br/server/api/core/bitstreams/3b2c2c9f-53ff-48ad-a8f8-ccebd487c58e/content. Acesso em: 16 dez. 2025.

STATE STREET. **State Street reports third quarter**. [S. l.]: State Street, 2025. Disponível em: https://s203.q4cdn.com/888565246/files/doc_financials/2025/q3/STT-3Q25-Earnings-Press-Release-vFinal.pdf. Acesso em: 16 dez. 2025.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT. **UnctadStat**. Genebra: UNCTAD, 2025a. Disponível em: https://unctadstat.unctad.org/EN/. Acesso em: 2 dez. 2025.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT. **World of a debt**: debt dashboard. Genebra: UNCTAD, 2025b. Disponível em: https://unctad.org/publication/world-of-debt/dashboard. Acesso em: 2 dez. 2025.

VANGUARD. **Vanguard in a nutshell**. Pensilvânia: Vanguard, 2025. Disponível em: https://www.ch.vanguard/content/dam/intl/europe/documents/en/vanguard-in-a-nutshell-eu-en.pdf. Acesso em: 11 nov. 2025.

WORLD BANK. **The World Bank Atlas method**: detailed methodology. World Bank, 2025. Disponível em: https://datahelpdesk.worldbank.org/knowledgebase/articles/378832-what-is-the-world-bank-atlas-method. Acesso em: 1 dez. 2025.

Mauricio de Souza Sabadini é Professor do Departamento de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Política Social (PPGPS) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), pesquisador do CNPq.
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-8719-3065
E-mail: mauricio.sabadini@ufes.br

Daniel Pereira Sampaio é Professor do Departamento de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-6130-2753
E-mail: daniel.sampaio@ufes.br

Recebido em 06 de abril de 2026
Aprovado em 06 de outubro de 2026

Editora responsável: Theresa Adrião

CC BY